

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 28 de novembro de 2022, postergada para o dia 29 de novembro de 2022 - Ata n.º 112.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **112.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 111, de 23 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente, há expediente a ser lido e me permita fazê-lo.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 570/2022** do Governador do Estado, requerendo a retirada do regime de urgência solicitado nos termos do §10 do art. 66 da Constituição Estadual do Paraná, na Mensagem n.º 109/2022, convertida no Projeto de Lei n.º 498/2022, em tramite nessa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Ofício n.º 1299/2022** do Ministério Público do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (autuado sob o n.º 9/2022) que altera a redação do § 5.º do art. 115 da Lei Complementar n.º 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná); **Ofício n.º 152/2022** da Defensoria Pública-Geral do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 511/2022) que descreve as atribuições dos cargos e funções da Defensoria Pública do Paraná, em cumprimento ao Acórdão 3.212, de 24 de novembro de 2021, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ocasião na qual o Tribunal estabeleceu prazo de 12 (dode) meses para o envio de projeto de lei nesse sentido; **Ofício n.º 3250/2022** da Casa Civil encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2256/2022, do Deputado Tadeu Veneri; **Ofício n.º 3254/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 683/2022, do Deputado Goura; **Ofício n.º 3252/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 2938/2022, do Deputado Coronel Lee; **Ofício n.º 3255/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2272/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 3256/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2946/2022, do Deputado Homero

Marchese; **Ofício n.º 3257/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2467/2022, do Deputado Cobra Repórter.

Além disso, Sr. Presidente, se me permite, registro aqui a presença do Presidente do Conselho Estadual da Igualdade Racial, o Jornalista Saul Dorval, acompanhado do José Alexandre e dos demais membros Conselheiros do Consepir do Paraná, que estão em um trabalho muito importante aí em relação aos temas que têm tratado, especialmente em relação aos atos de violência muito praticados justamente por racistas. Então, registramos a presença aqui e, obviamente, o pleito da criação de uma delegacia especializada em crimes raciais no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência comunica o falecimento da Sr.^a Cinthia Beatriz Fernandes Luiz Molinari, Ex-Diretora de Pessoal da Assembleia Legislativa do Paraná. Registro a presença do Presidente do Conselho Regional de Biomedicina da 6.^a Região, Sr. Thiago Massuda; da Vice-Presidente do CRBM 6.^a Região, Daiane Camacho; e do Diretor Tesoureiro, Sr. Rafael Saad. Sejam bem-vindos à Casa! Deputado Goura, há alguma coisa? Não temos inscritos no Pequeno Expediente, vamos ao Grande, Deputado Professor Lemos. Declina, Professor Lemos? O Requião está me informando que V.Ex.^a declina.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Ao tempo em que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão, fazer um cumprimento especial aos nossos ilustres visitantes, que nos honram com suas presenças. Temos a presença de várias lideranças e entre as lideranças estão estudantes, estão servidores públicos, a Biblioteca Pública com servidores aqui presentes e também estamos com a presença de professores, professoras, funcionários e funcionárias de escolas aqui, estamos com a presença também de

servidores da segurança pública, com policiais penais, que mais uma vez acompanham aqui a Sessão. Então, quero cumprimentar todos e todas. Também recebemos aqui na Assembleia hoje uma representação dos economistas e entre eles está o Coordenador Estadual do Dieese do Paraná, que nos entregaram este documento: “Associação Brasileira de Economistas pela Democracia”. E aí, o que esses economistas nos relatam nesse documento? O relatório aqui apresentado, ao final requerem esses economistas que o Governo do Paraná reveja a venda da Copel. Então, demonstra aqui ponto por ponto por que a Copel não pode ser entregue aos mercados, porque ela é muito importante para o Paraná. Então, é um documento importante, trazido aqui à Assembleia para todos os Deputados, fiquei com a tarefa de fazer a entrega de um desses documentos aqui ao Líder do Governo, na sequência vou fazer a entrega para ele também, que é um documento importante, traz dados relevantes e resta demonstrado que a Copel é importante para o Paraná e não pode ser então levada à Bolsa de Valores, como autorizado por uma lei aprovada aqui na Assembleia, evidentemente, contra o voto nosso aqui, votamos contra, fomos 13 Deputados votando contra. Não queremos que a Copel seja entregue à sanha do mercado. (Manifestações nas galerias.) Também aqui votaremos hoje o Projeto de Lei n.º 497, em 2.ª discussão, que é o Projeto que reestrutura administrativamente o Estado, inclusive criando nove Secretarias novas e criando 450 cargos novos em comissão. Mas aí dentro deste Projeto, Deputado Adelino Ribeiro, dentro deste Projeto tem por exemplo a extinção do órgão especial que é a Biblioteca Pública do Paraná. (Manifestações nas galerias.) E não queremos que este art. 27 permaneça no Projeto. Por isso protocolamos, ao lado de vários Deputados aqui, uma emenda para suprimir deste Projeto a extinção da Biblioteca Pública como órgão especial, porque ela é muito importante para o nosso Estado do Paraná e não pode ser rebaixada como propõe o Projeto de Lei no art. 27. No art. 57, desculpem-me! É o art. 57. Então, esse artigo precisa ser removido do Projeto. Por isso quero pedir aqui a todos os Deputados e Deputadas que votem a favor desta emenda para retirarmos a Biblioteca Pública deste Projeto. (Manifestações nas galerias.) Também tem outra emenda, esta que já avançou junto ao Governo, que é para retirar o art. 58 deste

Projeto também, para manter o Colégio Estadual do Paraná como órgão especial, que é desde a sua fundação, há 173 anos. Então, o Colégio Estadual do Paraná foi fundado por Dom Pedro II, já está com 173 anos, tem mais de 5 mil estudantes, tem orçamento próprio, funciona como uma autarquia e é assim que tem que continuar. Então, queremos também que esta emenda seja aprovada e o Colégio Estadual do Paraná continue como sempre funcionou e funciona bem e é referência nacional. (Manifestações nas galerias.) Ontem participei, na Câmara de Vereadores de São José dos Pinhais, de uma Audiência Pública promovida pela APP-Sindicato, com os quatro colégios de São José dos Pinhais que estão no lote de 27 colégios que o Edital n.º 3 da Paraná Educação pretende terceirizar. O Governo pretende entregar todo mês R\$ 800,00 por aluno, por mês, para a iniciativa privada administrar esses colégios, e as comunidades escolares estão contra e sabemos da importância que tem manter esses colégios estaduais administrados pelo poder público. Sabemos que quando terceiriza, fica mais caro e, no caso da educação, pioram os serviços. O mau exemplo foi a terceirização da contratação de funcionários de escolas. São 11 mil funcionários de escolas do Estado do Paraná, Agente Educacional I e II, das 2.200 escolas do Paraná. Em 2021, o Governo decidiu contratar 14 empresários, 14 empresas e loteou as escolas e passou o dinheiro para eles, gastou então 216 milhões a mais por ano, desperdiçando dinheiro da educação, pagando menos para os funcionários e tem menos funcionários atuando nas escolas. Precarizou e piorou os serviços. Foi péssimo para a escola, foi péssimo para os estudantes, foi péssimo para os funcionários! Péssimo para a educação, péssimo para a sociedade paranaense! E custou mais caro, custou 216 milhões a mais! É dinheiro jogado no bolso de empresários. Isso está errado! (Manifestações nas galerias.) Trabalhei muitos anos na roça e lá na roça chamávamos de *gato*. Então, você terceiriza, no caso da educação, o Governo conseguiu arrumar 14 *gatos* e entrega para os *gatos* o dinheiro da educação, para contratar funcionários e levar para trabalhar nas escolas. Não deu certo colocar *gato* nas escolas. Está errado o Governo e precisa rever isso! E não dará certo, também, esta proposta que ele diz que vai começar com 27 escolas, que é um projeto piloto, e pretende mais tarde avançar para

novas escolas. Não concordamos, a comunidade escolar não concorda, quem está gerindo as escolas está gerindo bem, aquela mentira contada na imprensa de que era por conta do Ideb baixo das escolas fomos conferir e, por exemplo, os colégios que debatemos ontem em São José dos Pinhais aumentaram o Ideb inclusive na pandemia! Cresceu o Ideb e cresceu acima da expectativa do Estado. Então, não é verdade, este argumento não serve. E não tem argumento nenhum que sirva para entregar as escolas estaduais para os mercadores da educação. Isso é jogar dinheiro fora! Não concordamos, por isso, mais uma vez, estamos com as comunidades escolares, contra a terceirização das escolas no Estado do Paraná. Também aqui, senhores e senhoras, população do Paraná que está acompanhando esta Sessão, também aqui tem um Projeto do Governador que quer mudar a Constituição. É uma PEC, é a PEC n.º 3, que está tramitando aqui e não chegou ao Plenário ainda. Essa PEC quer mudar vários artigos da Constituição. Entre os artigos, quer revogar o art. 39. O que diz o art. 39 da Constituição? O art. 39 diz o seguinte: “É vedada a contratação de serviços de terceiros, para a realização de atividades que possam ser, regularmente, exercidas por servidores públicos, bem como para a cobrança de débitos tributários do Estado e dos municípios.” Ele quer revogar isso. Temos servidores públicos atuando em funções que não são funções temporárias. Ser professor ou professora não é função temporária, porque a educação é perene, é continuada. Na saúde também temos servidores públicos, servidoras públicas, servindo a saúde do Estado do Paraná e assim nas outras áreas. Então, a nossa Constituição assegura, por exemplo, que na segurança pública, que é um serviço permanente, que o Estado pode fazer concurso e contratar agentes públicos para fazer a segurança, não seja terceirizado esse serviço. É isso que a Constituição garante. O que o Governo quer revogar? Quer revogar um artigo como esse, entre outros, mas esse em especial, para escancarar, para poder entregar áreas essenciais para a iniciativa privada explorar. Pega o imposto e entrega para empresários, loteia o Estado e coloca terceiros, coloca *gatos* em todos os lugares, em todos os órgãos públicos. Eles visam lucros e precarizam os serviços públicos. Isso é destruir por completo o Estado do Paraná. Isso não estava posto, por

exemplo, na campanha eleitoral, porque se ele tivesse contado isso para a população, certamente, não teriam o resultado que tiveram nas eleições. Esperaram passar a eleição para propor algo como isso, como a venda da Copel e outros projetos que prejudicam a população do nosso Estado. E nos opomos a isso, estamos dizendo “*não*”. Isso vai nos levar à barbárie. Não podemos avançar nesse ritmo de desconstrução dos entes públicos do Estado. Também observamos que isso favorecerá, favorecerá o desvio do dinheiro público, inclusive, a corrupção, o nepotismo, por exemplo. Porque você foge da Constituição, você entrega para uma empresa privada, por um professor, um funcionário de escola, por um agente de segurança pública, por alguém para trabalhar no serviço de saúde. E pode ser parente, pode ser amigo, não vai valer a competência, não vai valer a formação dessa pessoa. Retroage... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Lemos, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Isso é retroagir no tempo, nos anos 60, 70. Lembro-me de professores que, quando passava a eleição municipal ou estadual, desconfiavam que eles não tinham apoiado o candidato vencedor, eram transferidos ou demitidos. Os que tinham estabilidade eram transferidos para longe, para ver se pediam a conta. Era uma perseguição insana. Aqueles que não eram concursados, eram literalmente demitidos e no seu lugar era contratado gente que nem formação tinha, porque nem prova se aplicava para contratar esses profissionais. Então, só para citar um exemplo na educação. É retroceder, é voltar o tempo do compadrio, de transformar todo servidor público em... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, o seu tempo concluiu.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, só para concluir. É transformar todos os servidores em *cabra* eleitoral de quem estiver de plantão do Governo. Está errado. Somos contra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Homero Marchese (REP); Galo (PP); Mabel Canto (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. O Vereador de Curitiba, Rodrigo Marcial, tem feito um excelente trabalho na divulgação de um contrato que o Tribunal Superior Eleitoral firmou recentemente com uma empresa, para monitorar tráfego na internet. Por meio desse contrato, o Tribunal Superior Eleitoral recebe dessa empresa relatórios diários sobre o que as pessoas nas redes sociais estão falando do Tribunal Superior Eleitoral, seja falando bem, seja falando mal. Na reportagem de hoje do jornal *Gazeta do Povo* diz o seguinte: “Memorando da assessoria de comunicação do TSE de 2019, a assessoria disse que o objetivo desse serviço seria monitorar os diversos dados das redes sociais, em tempo real, para se ter conhecimento do que e como se fala sobre assuntos que envolvam a Justiça Eleitoral.” A partir disso, o Tribunal fez um edital de licitação em busca desse serviço. O edital indicava que a plataforma contratada deveria “Identificar públicos formadores de opinião e discursos adotados, bem como fazer o georreferenciamento da origem nas postagens. Deveria também avaliar a influência dos públicos, dos padrões das mensagens e de eventuais ações organizadas na Web”. De acordo com o edital, a empresa também deveria buscar aquilo que chamam “fontes detratoras”, do Tribunal. Ou seja, o Tribunal Superior Eleitoral fez esse edital, lançou essa licitação, contratou essa empresa, no último dia 13 de setembro, com o objetivo de fazer um verdadeiro *Big Brother*, do que a população brasileira fala sobre o Tribunal Superior Eleitoral. Possivelmente, por

conta disso, acabei caindo na malha fina dessa empresa. De alguma maneira isso acabou chegando ao TSE, ou ao STF, ainda não sei, porque não tive acesso ao processo. Estou censurado desde domingo, 13 de novembro, há mais de duas semanas sem acesso ao número do processo. Isso aconteceu não só comigo, mas com outros Deputados Brasil afora. Aconteceu com pessoas que não têm cargos públicos. Aconteceu com empresários. Aconteceu com juízes do Brasil. Invariavelmente, quase todos de direita. Os Tribunais Superiores do País não enfrentam pessoas que pensam, ideologicamente, no campo da esquerda. Sob o pretexto de defender a democracia, o que esses tribunais estão fazendo é destruir a democracia no Brasil. Essa que é a verdade. Não é possível que vivamos em um País, em que alguém esteja há mais de duas semanas sofrendo uma violação absurda, no seu direito de liberdade de expressão, sem nem sequer ter acesso e saber de onde partiu a decisão, quem foi o Ministro que tomou a decisão, qual é o número do processo, para poder minimamente fazer o exercício dos seus direitos, à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal. Pergunto-me até onde essa violência será cometida. Até quando? Imagino no STF, já perguntamos à Ministra Rosa Weber, Presidente do STF, por que não temos acesso ao processo, e ela disse, já disse isso para os senhores, que alguns processos da Casa nem ela que é Presidente tem acesso aos autos, ela não sabe se existem esses processos, porque estão provavelmente instaurados em papel no gabinete de um Ministro relator. E vamos continuar tentando saber o que está se passando. Temos, diria assim, pessoas conhecidas no STF, o Ministro Fachin foi meu professor por quatro anos na Faculdade de Direito, e talvez não concorde com o que está acontecendo, mas também não sei por que os demais Ministros do STF não se manifestam diante desse absurdo. E sobre o fundamento de combater uma ditadura imaginária, os Ministros dos Tribunais Superiores foram pragmáticos, se anteciparam e criaram uma ditadura de verdade, criaram uma ditadura real, verdadeira, e infelizmente é o que acontece hoje em dia. E me pergunto se eles não poderiam estar fazendo algo que fosse de fato benéfica ao País em vez de fazer uma caça às bruxas de quem não fala o que eles querem que se fale, ou critica as instituições. Por exemplo, a Justiça Eleitoral no Brasil é extremamente

incompetente para enfrentar compra de votos, todos sabem disso, extremamente incompetente, disfuncional, falta preparo para fazer isso, e é muito provável que a compra de votos come solta no Brasil inteiro, e o ciclo de corrupção, insucesso eleitoral se repita indefinidamente no País, elegendo pessoas desonestas que vão mandar no País, e a Justiça Eleitoral o que faz diante dessas pessoas? Essas pessoas que deveriam ser combatidas estão muito bem, obrigado, eleitas e reeleitas para sempre, enquanto a Justiça Eleitoral busca apenas combater aquelas que lhe fazem mal. E é engraçado, porque estamos impedidos de trabalhar por conta disso, estamos impedidos de trabalhar, tivemos projetos importantes em regime de urgência em votação aqui na Assembleia e não conseguimos nos comunicar com os nossos eleitores, falar com eles, receber deles demandas, perguntas, temos projetos em votação hoje e amanhã que aumenta a tributação no Estado, não conseguimos nos manifestar corretamente, tudo por conta da atuação desmedida do Supremo Tribunal Federal, ou do Tribunal Superior Eleitoral. Queria parabenizar o Vereador de Curitiba, o Rodrigo Marçal, um Vereador liberal, um Vereador do Partido Novo, tem feito um ótimo trabalho, e dizer que buscamos ainda informações, temos contato com a assessoria desta Casa na busca de informações no STF, a OAB me parece que vai agir também em nosso favor. E não vamos evidentemente recuar nenhum milímetro naquilo que entendemos que é do nosso direito e que é bom para a sociedade brasileira. Porque até combater sindicalista vagabundo temos que ter palavra, poder ter oportunidade de falar aqui. Sindicalista preguiçoso, vagabundo, tem que ouvir que é preguiçoso, vagabundo, e tenho direito de falar isso, fui eleito para isso, e vamos fazer isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço às galerias, sei que tem muitos servidores... Por favor, por favor, cidadão, respeito aqui! Tem muitos servidores da biblioteca, estamos cuidando do assunto de vocês. Agora, qualquer manifestação de vaia... Olha, posição isolada de Parlamentar tem que ser respeitada, agora isso não significa unanimidade. Então, por favor, peço compreensão. Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados, senhores e senhoras que estão aqui nas suas manifestações, o que é legítimo. Quero dizer uma coisa aqui, queria pedir atenção do Tenente-Coronel Seletti, da nossa Casa Militar, gostaria que ele ouvisse, ele está no telefone agora, mas gostaria que o Seletti ouvisse o que quero colocar neste momento. Deixa eu ver a hora que ele terminar ali, ele está ali conversando. Mas de toda sorte, quero dizer aos senhores o seguinte: dia desses aqui na Assembleia, tivemos uma situação bastante delicada envolvendo a Polícia Militar. Coronel Seletti, gostaria que o senhor ouvisse um instante, por gentileza. Dirijo-me a Vossa Senhoria, para que o senhor transmita ao seu Comando também o nosso pedido de desculpas. Todos que são manifestantes, é um direito lícito, e acredito que ninguém vai descer aqui e vai dar um tiro em Deputado, vai matar um Deputado, vai rasgar a cabeça, pode ter vontade, mas a manifestação é pátria, pode acontecer. E a Polícia Militar, Coronel Seletti, não deveria vir aqui à Assembleia para ser, desculpe, *babá* de Deputado. Porém, a Polícia Militar quando é requisitada por Vossa Senhoria, pelo Presidente da Casa, para que haja uma proteção, esses servidores vêm aqui prontamente, e dia desses foram ofendidos aqui dentro da Assembleia Legislativa. Então, como Deputado que permanecerei por mais alguns dias aqui na Assembleia Legislativa, quero que o senhor, por gentileza, transmita ao Comando da Polícia Militar o pedido de desculpas pelo comportamento de um ou outro que acabaram, talvez, não entendendo o que é estar Deputado, porque estar Deputado é passageiro, é *pabufe*, estar vivo também é sopro, daqui a pouco acabou. Então, ofender a Polícia Militar, isso dói, tenho certeza, em quase todos teria, se me permite, não tenho procuração dos colegas, da maioria, porque aqui todos que estão Deputados ou Deputadas sempre tiveram o maior respeito pela Polícia Militar. Está ali o meu querido Nelson Justus que poderá testemunhar. No entanto, o que foi divulgado na mídia, primeiro que considero isso desastroso, essa divulgação. Eu li que V.Ex.^a fez de tudo para acalmar os ânimos, e a Polícia sendo ofendida a todo instante, como se isso fosse a Casa, como se fosse a Assembleia Legislativa. Isso não é Assembleia Legislativa. Todos que estão aqui como Deputados, nunca

ouvi, nunca ouvi alguém desrespeitar a Polícia Militar, que está aqui sempre fazendo a sua função, embora acredito, e repito, nenhum manifestante aqui é assassino, é violento, tem que gritar mesmo, é pátrio, pode falar, pode reclamar, pode *uh*, pode, faz o que quiser, mas se descer aqui ninguém vai bater em ninguém, porque aqui são colegas, são irmãos, são parceiros. Poxa, tenho pessoas da minha família que estão na biblioteca se aposentando agora em dezembro, no entanto, respeito e caminharei da forma que me for orientado. Então, para fechar, Tenente-Coronel Seletti, o que aconteceu nas dependências da Assembleia Legislativa foi lamentável, triste, quando um vídeo divulgado ofendia severamente os policiais que aqui estavam. Isso tenho certeza de que não é, não faz parte da Mesa Diretora, não faz parte da nossa oposição, não faz parte do Arilson, não faz parte de nenhum Deputado que aqui está, porque há uma maneira educada de resolvermos tudo. Então, senhoras e senhores, venho neste momento, e encerrando, porque tenho talvez mais algumas participações e encerro a minha passagem como Deputado Estadual, com muito orgulho, tenho certeza de que não deixei falhas, posso não satisfazer a todos, é óbvio, não há unanimidade, toda unanimidade é, dá para desconfiar. Então, com profundo respeito e falando também em nome dos manifestantes, pode conversar com um por um, ninguém vem aqui para matar Deputado, bater em Deputado, arrebentar a cara do Deputado, vem manifestar, vem pedir, o que é um direito. Então, fechando, desculpe Polícia Militar, principalmente os guerreiros que aqui tiveram para proteger Deputado, o que é um absurdo, a impressão que é *babá* de Deputado. Não aceito, mas, se é necessário, que se cumpra, então, com rigor, aquilo que for determinado. Tenente-Coronel Seletti, tenho uma admiração pelo seu trabalho. Nunca me manifestei a esse respeito. Agora, no fechar das cortinas do meu mandato, referencio a V.Ex.^a dizendo: muito obrigado por tudo que o senhor faz por todos nós aqui. Vida longa, Presidente. Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputados, Deputadas, a todos que nos assistem. Acho que desde que assumi o meu mandato, lá em 2019, 90% das vezes que subi a esta tribuna foi para falar sobre saúde. E hoje não é diferente. Nunca troquei, seja por cargo, seja por benesse, o meu dever de estar aqui nesta tribuna cobrando aquilo que a nossa população precisa. Acho que é prioridade a saúde, mas que, infelizmente, não tenho visto do Governo do Estado como prioridade. Obras, obras, obras, infra, infra, enquanto isso as pessoas morrendo nos hospitais deste Estado. Vou contar o relato aqui, ler um relato aqui de uma filha pontagrossense, cujo pai, Abib Filho, foi um dos radialistas mais importantes da nossa região e que infelizmente faleceu na última semana, praticamente sem assistência, esperando por uma cirurgia que não aconteceu. “No dia 4/11, meu pai Abib Filho caiu em casa, onde residia, Rio Azul, e foi transferido para o Hospital Regional de Ponta Grossa. Meu pai chegou a Ponta Grossa no dia 5, logo cedo. O médico nos informou que a fratura de fêmur não era um caso de emergência e que talvez poderia ser operado entre os dias 9 e 10, mas com entrada de novos casos de emergência no hospital, a cirurgia dele poderia demorar até 15 dias, além da dependência de uma vaga na UTI. Meu pai ficou 12 dias no quarto, apenas em uma posição. Cada dia que se passava era uma desculpa diferente pela demora da cirurgia, outra emergência, falta de leito de UTI, problemas nos rins, coração, sempre postergando uma solução. Sabíamos que ele tinha comorbidades, mas elas não impediram uma cirurgia de hérnia no dia 22 de julho. O nosso foco naquele momento era a cirurgia femural. No começo, meu pai estava lúcido, conversando, comendo e esperançoso, mas, com a demora, foi ficando desanimado. Três dias antes do falecimento dele, minha irmã e eu questionamos todos e pensamos até em mudar ele de hospital, mas nos foi garantido que a cirurgia seria no outro dia e resolvemos esperar. No dia 17 meu pai foi levado ao centro cirúrgico, mas no dia seguinte nos informaram que a cirurgia de fêmur não foi realizada, por conta de uma infecção na região e que haviam feito uma limpeza no local e logo em seguida relataram pneumonia. Cada médico tinha uma versão do caso. Depois disso, meu pai foi levado para a UTI e lá ficou seis dias. E acabou por vir a óbito

no dia 24/11. Sabemos que esse relato não trará meu pai de volta, mas poderá ajudar outras pessoas para que não passem pela mesma situação.” Dezoito dias esperando. Dezoito dias esperando por uma cirurgia de fêmur simples, que poderia ter sido feita, mas ele ficou esperando, esperando, esperando e veio a óbito, infelizmente. E esse não é um caso isolado, Deputado Arilson, outros casos já foram relatados de pacientes que ficam 15, 16, 17 dias esperando. Há informações até de outros óbitos. Famílias desesperadas, Deputado Tercílio, aguardando a chance de aquele familiar se salvar. Mas, infelizmente, casos como o do Abib Filho, infelizmente, estão acontecendo. E tudo isso teve uma piora desde que o nosso Hospital Municipal em Ponta Grossa foi fechado pela prefeita de Ponta Grossa lá no dia 1.º de abril, que fechou o nosso pronto-socorro, onde essas cirurgias ortopédicas, Deputado Michele, eram feitas. Com a desculpa de que não era competência da Prefeitura do município, Deputado Plauto, mas, sim, do Estado, e jogaram a responsabilidade somente para o Estado, que, desde então, não abriu nenhum leito em Ponta Grossa. E o Hospital Regional cheio. E não culpo os servidores, os funcionários, tampouco a Diretoria do Hospital que, muito pelo contrário, está tentando, vindo à Sesa lutar pela ampliação dele, para que tenhamos mais centros cirúrgicos, para que as pessoas não fiquem dentro do hospital em uma fila de cirurgias. Mas aí vemos uns reanúncios na saúde, como abertura de uma “Upinha”. Uma “Upinha”? Não é isso que precisamos em Ponta Grossa agora. Tínhamos uma porta aberta dentro do hospital da criança para as nossas crianças do município e ela foi fechada por essa administração, que não quer gastar. Que disse que a culpa é do Estado. E o Estado agora, para remediar, vai mandar uma “Upinha”, onde as nossas crianças vão ter mais um local para ficar esperando, esperando por um leito, que não se abre. E aí você vê uns pinóquios da política pontagrossense fazendo anúncios fantasiosos, de coisas que não trabalharam. Fazendo anúncio de porta que eles mesmos fecharam. Fecharam o pronto-socorro. Fecharam o pronto-atendimento infantil. E o prejudicado não é só o município de Ponta Grossa, é toda a região dos Campos Gerais, porque temos menos vagas agora. Mas a conversa mole, essa continua, as fotos bonitas ficam acontecendo. Toda vez que venho aqui u cobro, e cobro

mesmo, porque todo dia, no meu celular, recebo mensagens e pedidos de socorro da nossa população. Como hoje, havia um senhor entubado há três dias na UPA Santa Paula. Entubado esperando uma vaga. Correndo o risco de entrar em óbito sem a transferência. O Ministério Público tomou as providências. Fez uma ação cível pública para que as transferências ocorressem. E tem uma liminar que os pacientes têm que ser transferidos em até 48 horas. Problema que agora eles são transferidos em 48 horas, mas eles ficam dias dentro do hospital esperando por essa cirurgia, que é de emergência. E correm o risco de verem a sua saúde piorar. Correm o risco de entrar em óbito, como o Abib. É indignante o que estamos vendo na saúde do nosso Estado. E agora se fala em privatizar. Privatizar os hospitais. Daqui a pouco, Deputada Luciana, o Estado não terá mais o que fazer, porque está terceirizando tudo. Está terceirizando aquilo que lhe é essencial por fazer. É educação, é saúde. Acho que obras de infraestruturas são necessárias. Mas o que é prioridade? Só em Ponta Grossa tem 40 mil pessoas na fila da saúde por cirurgia, exame, consulta. Desde coisas simples, como exames, tomografias. Hoje uma mãezinha me implorou por uma tomografia. Faz um ano que o bebê dela está na fila! Possível hidrocefalia. No particular custa R\$ 2.500. Como é que uma pessoa simples vai arcar com isso? Nosso povo simples está sofrendo e o que vemos aqui? Aumento de salário para os secretários, aumento de secretarias, 500 cargos sendo criados... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, um minuto para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Quinhentos cargos sendo criados, 500 cargos em comissão para ajeitar a vida de quem? Dos apadrinhados que fizeram campanha. É indignante e falo aqui, não só como Parlamentar, mas como mãe que vê, todos os dias, as famílias do nosso Estado sofrendo e ninguém fazendo nada. São só negócios neste Estado! Mas cuidar do povo de verdade, ninguém está fazendo nada. Muito obrigada. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, os que nos acompanham aqui na Casa e também pela *TV Assembleia* e demais mídias. Vou iniciar aqui lendo uma Moção de Repúdio que fiz: “Este Parlamentar requer a aprovação de Moção de Repúdio aos atos inconstitucionais praticados pelo Ministro Alexandre de Moraes. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer aprovação de Moção de Repúdio, após ouvido o soberano Plenário aos atos inconstitucionais e ditatoriais contra o povo brasileiro, praticado pelo Ministro Alexandre de Moraes”. Esse homem tem que se colocar no lugar dele. Ele tem que cumprir a Constituição e seguir as leis como qualquer um de nós, como qualquer um ser deste País. Ninguém está acima da lei e ele, por ser um Ministro da Suprema Corte, deveria defender a Constituição Federal e a Democracia, e age totalmente contrário. Tanto contrário à Constituição Federal quanto à Democracia. Quero aproveitar para fazer um agradecimento a todos os brasileiros patriotas que estão, no Brasil inteiro, manifestando-se pacificamente. Diferente desses aqui, que têm o perfil de fascistas, que não deixam ninguém falar, não aceitam ouvir o contrário. O PT sempre age no grito, na falta de educação, na falta de respeito. Esse é o partido das trevas! Então, Sr. Presidente... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, galerias, peço a compreensão. Por favor!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Já tivemos aqui..., semana passada foi um terror, uma baixaria total por baderneiros nesta Casa. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, se não tiver..., se não mantiver silêncio, vou tomar as providências. Vou tomar as providências, sim! Aliás, temos aí a equipe em cima, observem quem está se exaltando.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Continuando aqui, os meus cumprimentos a toda a população de brasileiros patriotas que estão se manifestando pacificamente e dentro do que a democracia nos permite. Da mesma forma, parabenizo todos os caminhoneiros, que são verdadeiros guerreiros a favor do Brasil e que prestam um serviço fundamental ao Paraná, ao Brasil e ao mundo. Também quero aqui deixar o meu apoio a todos estes e estive com eles, embaixo de chuva, porque defendemos aqui a liberdade, defendemos aqui eleições limpas e transparentes e somos contra qualquer atitude antidemocrática como tem feito o Ministro Alexandre de Moraes e seus pares, querendo intimidar o povo, querendo mandar prender, bloquear conta, multar, ora, sem ter um processo. Agora ele é um ditador, ele é o imperador do Brasil e faz o que quer. Não ouve Ministério Público, não ouve advogado, Juiz, nada! Ele faz o que ele quer. Mas creio que será por pouco tempo. Da mesma maneira vejo aí um ex-presidiário apavorado querendo antecipar, antecipar a posse dele como presidente. Está apavorado porque sabe que não vai conseguir assumir o cargo. O Brasil sofreu o maior golpe do nosso País de todos os tempos. Uma fraude que lesa-pátria, urnas que não são auditáveis e que o TSE se negou a dar o código-fonte. Quem não quer entregar um documento é porque está cometendo algo errado e esse crime de lesa-pátria é muito grave. Com certeza o nosso Presidente Bolsonaro não vai deixar isso, não vai deixar que esse golpe se conclua. Não vai deixar! Tenho aqui certeza e peço a todos os brasileiros: continuem firmes e vamos aumentar ainda mais, porque, em breve, a resposta virá. O que o povo brasileiro quer ouvir. O mundo inteiro já sabe da fraude, o mundo inteiro sabe o que aconteceu em nosso País e, com certeza, a lei e a Constituição Federal serão mantidas e cumpridas em nosso Brasil. Se esse ex-condenado, este ladrão assumir o Poder, é a destruição em menos de um ano do nosso País. Aquela PEC que ele quer pôr, de quebrar o teto de gastos, que é chamada “PEC do fim do mundo”, isso aí quebra as economias do Brasil. Ou vocês acham que algum empresário vai investir dinheiro em uma empresa onde não há controle do teto de gastos? Óbvio que não, não tem como. A Argentina fez isso e está lá na miséria e muitos que batem palma para o ex-presidiário estarão na miséria também. É inaceitável isso!

(Manifestações nas galerias.) A equipe de transição do Governo dele é pior do que o Ali Babá e os 40 ladrões: eles não têm currículo, eles têm capivara! Todos já foram condenados, investigados, todos são ladrões do dinheiro público. Inclusive o ex-presidiário que armou no Brasil o maior sistema de corrupção de todos os tempos, desviando trilhões do nosso Brasil, sustentando Países ditadores, como Cuba, Venezuela, Angola, e tantos outros. E acha que vai conseguir de novo? Estão todos aí falando que vão defender o Lula. Óbvio! Não estão interessados no Lula, estão interessados no nosso dinheiro para bancar essas ditaduras. Este homem quer implantar o socialismo-comunista aqui no nosso País... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, nossa equipe de segurança. Tem umas pessoas aí que estão exagerando a dose.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, tem como servir alfafa para o pessoal lá em cima, para se acalmar um pouco?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Servir o quê, Deputado?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Alfafa. Tem alfafa?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Você de boné, por favor. Aquele cidadão lá, em pé, por favor, retirem-no com todo o cuidado e educação. Com todo cuidado e educação.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Nunca leram um livro na vida. Estão falando da Biblioteca por quê?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, Presidente, Presidente, Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Temos que usar o horário do *pela ordem*, em especial aqui para o Deputado Homero, como sugere o Regimento. Usar o *pela ordem*... (Manifestações nas galerias.) Usar o *pela ordem*... (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado... Peço, por favor, silêncio. O Deputado Arilson está...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero fazer um pedido a V.Ex.^a.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para ser mais rigoroso no uso do *pela ordem*. O Deputado usar o *pela ordem* para colocar opinião política ou para insultar quem está aqui, não é de acordo com o Regimento. Com todo respeito à capacidade técnica do Deputado Homero, mas não vou aceitar isso. *Pela ordem* é para questionamento de ordem, conforme a Constituição. Para emitir opinião não, fazer julgamento às pessoas também não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, não respondi nem a questão de ordem do Deputado Homero. Foi uma fala vazia dele, não fiz nenhuma e V.Ex.^a tem toda razão.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, posso continuar?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Acho que o Deputado Arilson devia usar essa mesma fala dele quando um militante ou um meliante que foi eleito Deputado Estadual, Sr. Renato Freitas, naquela tribuna lá, naquela galeria, xingou os Deputados de ladrões e jogou moeda para nós, sendo que ele é bem próximo de um marginal, onde tem uma capivara já, com 10 boletins de ocorrências por desobediência, desacato, uso de drogas, ameaça e tantas outras. É que eles só

defendem quando importa a eles. Quando importa a outro... É assim que o PT age em todo lugar. Eles só defendem direitos quando interessa a eles, quando interessa ao próximo não tem direito nenhum. Eles podem gritar, xingar, ofender, agredir. É essa cambada que temos que enfrentar, e vamos enfrentar aqui nesta tribuna, nas ruas, onde for necessário. Os brasileiros acordaram e os conservadores estão realmente muito atentos e não vão aceitar mais fraudes. Teve até um Deputado que está rindo aqui, Deputado Requião, que teve a cara de pau de ir naquela tribuna ofender os Deputados, chamar de ladrão, de cachorro, sendo que quem é ladrão é o tio dele que roubou o porto, indicado pelo pai dele. Então, quem tem telhado de vidro não jogue pedra para cima. Não estou brincando de fazer política, não recebi cargo de Governador nenhum, e defendo meus projetos como acho que é merecido serem defendidos. É inadmissível um Deputado querer avaliar o outro candidato aqui, Deputado esse que viveu sempre na mordomia, porque o pai é um político profissional, viveu sempre com muito dinheiro vindo do erário público. Trabalhei a minha vida inteira, mais de 30 anos no mercado privado financeiro. Não sou filhinho de papai não. Não vivi de mesada de ninguém. Estou na política há pouco tempo, por convite, e encaro a política como missão e não como emprego. Por isso, temos que falar a verdade nesta tribuna. Chega de mentira! As mentiras já bastam do ex-presidiário, que vive da mentira, que vive do escárnio, que vive da ladroagem do dinheiro público. O Brasil mudou, o povo acordou e os brasileiros não vão arredar pé das ruas até que a lei seja cumprida, até que tenhamos transparência no que temos dúvidas. E quem esconde provas, não quer abrir o código-fonte, óbvio que está *com o rabo preso*, senão entregaria o código-fonte e não teríamos problema nenhum. Ou teriam aceitado a evolução da urna que o mundo inteiro fez, que é a urna eletrônica com o comprovante impresso, que fica dentro da urna. Seria simples, não teria essa revolução que está tendo no nosso País, mas eles queriam, eles tinham planejado tudo. Como disse o Ministro Barroso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Como disse o Ministro Barroso, eleições não se ganham, se tomam. Esta mesma fala teve o José Dirceu, aquele que foi condenado a 30 anos, que está solto pela rua aí, passeando. É assim que eles querem fazer com o Brasil. Querem tirar a arma do povo de bem e querem libertar, desencarcerar os bandidos. Aí vai virar um caos o nosso País. Mas, creio que isso não vai acontecer. Creio que... **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação Presidente, Deputado Ademar Traiano, foi suprimida uma expressão ofensiva proferida pelo Parlamentar.)** ... jamais subirá a rampa, jamais! ... **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, por solicitação Presidente, Deputado Ademar Traiano, foi suprimida uma expressão ofensiva proferida pelo Parlamentar.)** ... Tem que ir para o lugar dele na cadeia, de onde nunca deveria ter saído se não fosse esse Supremo, que defendeu ele, que foi parcial, que tirou um *cara* condenado em várias instâncias, com milhares de provas. E, agora, vem esse com a *cara de pau* querer quebrar o teto de gastos e surrupiar o dinheiro público mais uma vez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, peço a compreensão a V.Ex.^a. Tenho procurado segurar as galerias, mas também ter cuidado nas expressões. Entendo que todo e qualquer homem público, depois de legitimado pelo voto, tem que ter o respeito. **(Com fulcro no art. 167, V do Regimento Interno, o Senhor Presidente, Deputado Ademar Traiano, determinou a supressão de uma expressão proferida em discurso pelo Deputado Ricardo Arruda.)** Pois não.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Podemos tirar e vamos deixar, então, apenas o “descondenado” e ex-presidiário, se assim agrada mais a quem nos ouve. Mas que esse homem foi julgado, roubou dinheiro público, isso está mais do que provado. Só ver os bilhões que foram devolvidos pela *Lava Jato*. É muito fácil de ver se houve ou não fraude em nosso País. Isso não vai acontecer de novo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, nossos visitantes. Senhor Presidente, antes de iniciar aqui o assunto que me traz à tribuna, quero, Deputado Nelson Justus, fazer aqui... Registrar o nosso profundo pesar com os acontecimentos ontem, na noite de ontem, na rodovia que liga Curitiba ao litoral. Houve um desabamento de uma parte da pista. O seu filho inclusive estava lá, Deputado Nelson. Assim que aconteceu, logo depois que aconteceu, vi as notas que o seu filho colocou e que felizmente está bem. Na sequência, outro deslizamento maior ainda fez com que tivéssemos uma grande quantidade, Deputada Luciana, de carros que foram cobertos pela lama. Fala-se em um ônibus, Deputado Nereu, que estaria também na rodovia. É óbvio que isso não é uma questão de irresponsabilidade de alguém, aconteceu por uma tragédia realmente, assim como todos os municípios do litoral, e fica a nossa solidariedade ao litoral. Todos os municípios do litoral estão em uma situação caótica. Lembrando muito próximo daquilo que aconteceu há cerca de 10 anos, quando levamos uns oito anos para recuperar parte dos municípios. Então, ontem, recebi ontem à noite informações de Morretes, onde o rio está praticamente transbordando. É o principal rio que passa na cidade. E é uma pena. É uma pena porque não vi até agora, e não quero ser injusto, dizer que não fez, mas até agora, são 16h05min, não vi nenhuma nota, Deputado Arilson, do Governador do Estado lamentando o ocorrido. Talvez o Governador tenha que cuidar de outras coisas, mas sua assessoria poderia muito bem fazê-lo. É lamentável que o nosso principal, a principal autoridade do Estado não tenha imediatamente, diria que não só colocado uma nota, mas ido até o local, na manhã de hoje, ido para os municípios, coisa que qualquer outro Governador normalmente faz. Deputado Guto, não sei se o senhor quer falar alguma coisa, porque estou vendo o senhor gesticular bastante, mas...

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Deputado Tadeu, apenas colaborando com o vosso discurso. Hoje pela manhã falei com o Governador da possibilidade de

ações. Foi chamada uma comissão de forma emergencial. Entretanto, não tem como fazer o deslocamento. Não tem como sobrevoar com um helicóptero. Não tem como.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Até agradeço, Deputado Guto, que o senhor está esclarecendo, mas estou dizendo que era necessário que o Governo tivesse uma nota pública a respeito disso, hoje cedo.

DEPUTADO GUTO SILVA (PP): Não, mas já foi feito. Foi reunido...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Hoje cedo. Vimos ontem à noite... Até agradeço a sua posição, porque acho que sempre é justo. Falei: não quero ser injusto com o Governador, mas é surpreendente que uma situação dessas aconteça e as pessoas parecem que não dão o tamanho da tragédia que é. Vamos saber dessa tragédia talvez daqui a um dia, dois dias, três dias. Só faço esse registro porque acho que ele é necessário. Assim como também quero aqui deixar claro que nós hoje, na CCJ, quando pedimos vista, Deputada Luciana, ao Projeto que pretende fazer uma série de alterações no Estado do Paraná, e inclusive no Colégio Estadual do Paraná e na Biblioteca, pedi vista, aliás, apresentei voto em separado, a Deputada Cristina pediu vista, porque queremos um tempo para discutir isso. A biblioteca está aqui, são 157 anos ou cento e tantos anos, e nunca aconteceu da biblioteca perder... Falei com o Deputado Marcel, o Deputado Marcel colocou que está buscando um entendimento. O Deputado Goura foi buscar esse entendimento. Mas a pergunta é: o que leva o Governo do Estado a retirar a autonomia da Biblioteca Pública do Paraná? E essa retirada de autonomia entre outras coisas retira o orçamento próprio da biblioteca. *Ah, são centenas de milhões de reais!* Não, são R\$ 18 milhões, R\$ 16 milhões. *Ah, mas a biblioteca tem dois, três, cinco funcionários.* Lembro muito bem que quando vim a Curitiba, em 1972, e uma das primeiras coisas que fazia era ir à biblioteca, e acho que hoje milhares de pessoas continuam frequentando a biblioteca. Não é porque a pessoa está lá ou deixa de estar lá, Deputado Nelson. É claro que respeitamos os funcionários, mas a biblioteca é muito maior do que nós. Uma cidade e um

Estado que não olha para sua biblioteca, não olha para a sua cultura, coloca a biblioteca como um departamento, porque é isso que vai acontecer, o Projeto prevê colocar a biblioteca como um departamento da Secretaria da Cultura, que até dias atrás, aliás, até hoje, agora, não existe. Não existe! A Secretaria da Cultura não existe, vai existir a partir do momento em que for mudada a lei, mas, neste momento, ela não existe. E quem revogou? O Governador Ratinho. Ele tirou a condição de termos Secretaria da Cultura. Agora, cria de novo a Secretaria da Cultura, mas no pacote já coloca... o Colégio Estadual vai lá para a Secretaria da Educação, meio que de atravessado, vira mais um dos 2.200 colégios que temos no Paraná – felizmente já ouvi de vários Deputados aqui, o próprio Deputado Marcel dizendo que será retirada a condição e mantida a excepcionalidade do Colégio Estadual, dado o seu tamanho. Não pela importância, porque todos têm importância, mas dado o seu tamanho, a sua condição, as coisas todas. Agora, a biblioteca não pode virar um braço da Secretaria da Cultura, porque quando a Secretaria da Cultura tiver os recursos, Deputado Nelson, ela irá distribuir esses recursos para todas as atividades que ela tiver e não garante que a atividade Biblioteca Pública do Paraná terá os mesmos recursos que tem hoje. Por isso, vamos votar contra. Não há como! Sei que a maioria pode votar a favor, mas isso aí é um problema da maioria, não é um problema nosso! Assumimos desde o início um compromisso com a cultura, com a educação do Paraná e vamos mantê-lo. Tanto vamos mantê-lo que hoje, Sr. Presidente, estamos indicando, já foi feita a indicação, inclusive o senhor pediu que fosse feita na semana passada, estou sendo indicado pela nossa Bancada, pelo nosso Bloco PT/PDT como titular e o Deputado Arilson como suplente, para que possamos analisar, instalar e analisar a Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022. O que me deixa surpreso? É que o Governo manda para cá uma Proposta de Emenda à Constituição que muda radicalmente uma série de situações, inclusive com relação ao Corpo de Bombeiros, que estamos construindo um entendimento, mas quer votar isso ainda este ano. Mas, *cara*, espera lá, estamos a 10 Sessões talvez Ordinárias do término do ano, aí você vai votar algo que muda uma série de coisas, tira da Assembleia Legislativa poderes da Assembleia Legislativa, ou seja, o Executivo

entrando no Legislativo e dizendo o que podemos ou não podemos fazer. Acho que esta Casa tem e sempre defendi isso, sempre defendi isso, Deputado Traiano, enquanto Deputado, a Assembleia Legislativa não pode perder as prerrogativas que tem porque já são poucas. E se os Sr.^s Deputados e as Sr.^{as} Deputadas abrirem mão daquilo, aí realmente não merecem ser Deputados. Não que seja por merecimento, é por voto, mas não podemos admitir que o Executivo diga o que podemos e não podemos fazer! E neste meio de tempo há uma alteração que a PEC 03, que espero que não seja votada este ano, para dar tempo de fazermos aquilo que é o nosso papel, ouvir a população, mas há um artigo, o art. 15, que revoga os seguintes dispositivos da Constituição Estadual do Paraná, que até pedi à Dr.^a Isabel que nos mandasse na íntegra o artigo, para que pudesse ler e se não for possível vou pedir ao Deputado Arilson, se achar conveniente, que o faça: “Revoga o art. 19 e revoga o inciso XIV do art. 53”. O art. 19... Aliás, perdão, o art. 39... Vou colocar os óculos que vai ficar mais fácil, Deputado Nelson, porque daí não vou dizer o número errado. O art. 39 é aquele que diz que você não pode terceirizar atividades onde o Estado tenha por objeto e atividade fim, tenha por objeto fazer concurso público e contratação pública. Revoga! Que Estado o Governador Ratinho pretende ter daqui quatro anos? Não precisa dizer, é um Estado sem funcionários públicos contratados. É isso que está aqui. Agora, a população sabe disso? Não sabe. Como, aliás, com todo o respeito que tenho aos Sr.^s Deputados, os Sr.^s Deputados também não sabem! Não sabíamos até sexta-feira disso aqui, que revoga. E não é porque não nos dediquemos, mas é que há uma série de coisas. Então, faço um pedido, que não votemos isso, pedindo que o interstício seja retirado, Deputado Evandro, para que não votemos isso aqui sem debate. Vamos debater com a população, vamos fazer Audiência Pública, vamos discutir com a Biblioteca, vamos discutir com o Colégio Estadual do Paraná. Já estamos dizendo que a rede de televisão que vira e mexe, vai para lá e vem para cá, fica *a ver navios*, não tem contrato, os contratos são feitos de forma totalmente às vezes precários, está lá. Agora, você colocar a Biblioteca, colocar o Colégio Estadual, é muito complicado! Mas, mais do que isso... (É retirado o som.) Para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mais do que isso, votar uma PEC que retira prerrogativas do Legislativo e que, de uma forma que não diria sorrateira, porque não é, mas de uma forma com que poucas pessoas vão ter acesso para ler, muda e retira o art. 39... Quem estiver nos vendo e nos ouvindo, olhe lá o que diz o art. 39 da Constituição Estadual. É a garantia do serviço público! E o Governador Ratinho parece que tem uma ojeriza ao serviço público que não quer. Uma hora quer escola administrada pela rede privada, uma hora quer que a polícia penal seja terceirizada, outra hora quer que a polícia militar seja isso e aquilo. Ora, Governador, o senhor vai terminar o seu mandato daqui um tempo, mas a Biblioteca, o Colégio Estadual, todos os servidores públicos vão permanecer, então exigimos mais respeito para isso. (Aplausos.) E para encerrar, Sr. Presidente, só quero lembrar que não se preocupem, como foi dito aqui, foi retirado, não vai haver uma pessoa subindo a rampa que seja aquilo que foi dito ali, porque essa pessoa não foi eleita. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Arilson, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, Deputados, Deputadas, público que assiste à nossa Sessão e acompanha. Preparei-me para estar aqui hoje, Presidente, para falar das votações que esta Casa vai fazer. Temas importantes que podem melhorar ou piorar a vida do povo paranaense. Mas quero começar aqui primeiro pedindo desculpas a todos que estão aqui presentes e que, de uma forma ou outra, foram desrespeitados ou até agredidos. Há palavras que às vezes as pessoas colocam da boca para fora de forma tão desesperadora e tão agressiva, que fazem mal a muita gente, inclusive a quem próprio profere da forma com que fez. Estamos hoje em um ambiente muito perigoso, muito hostil, de ódio, onde supostos patriotas, que ficam com movimentos alguns deles violentos – e aqui temos que reforçar que são

movimentos violentos, sim! Não adianta vir aqui fazer discurso e falar que é movimento pacífico quando, na cidade de Bandeirantes, atiram em um ônibus em que passa adolescente escolar em frente a uma manifestação. Não venham aqui falar que é movimento pacífico quando um bombeiro que vai atender a uma ocorrência é agredido no meio da manifestação; não venham aqui tratar como movimento pacífico quando um pai desesperado está pedindo para abrir passagem que o filho tem uma cirurgia de vista para fazer e não é atendido; não venham aqui falar de movimento pacífico quando se atiram pedras ou objetos no carro do outro porque não concorda com o adesivo que lá está posto; não venham aqui falar de movimento pacífico quando xingam as pessoas ou quando impedem o direito de ir e vir. Isso tem nome. Isso é terrorismo. Isso é crime. Impedir o que está na Constituição, agredir o próximo, verbalmente, agredir o próximo, fisicamente, expelir o ódio dessa forma. Atrás de um manto de patriotismo, continuem nesse conceito de patriota, que o Dudu vai continuar lá na Copa. Será que não acordaram para vida ainda? Vem aqui com discurso e ainda inflama essas pessoas que estão lá. Muitas das pessoas que estão lá, estão até enganadas. Mas quem está aqui fazendo discurso não está enganado, sabe o que aconteceu. Primeiro, porque se elegeu pelas urnas e vem aqui criticar as urnas. Mas se tivesse um pinga de seriedade nisso, renunciava o mandato. Falava assim: *Vou renunciar porque não concordo com a urna eletrônica. Não me elegi, porque a urna é uma fraude.* Esse seria o primeiro movimento a ser feito aqui. Agora, o País está no transtorno. A economia do Paraná está sendo prejudicada. Vocês acham que essas movimentações, que trancam a passagem, proíbem a escoação de produtos, proíbem a geração de divisas, diminuem a arrecadação de impostos; prejudicam o Estado do Paraná. E se concordamos ou não com quem está governando ou não concordamos, mas têm prejuízos nas atividades. O Paraná está sendo paralisado por um grupo de indignados sem votos, que perderam a eleição. Essa é a verdade. Disso não tem o que se esconder. Perderam a eleição e têm que aceitar o resultado. O agro paranaense está perdendo recurso? Está perdendo. A educação paranaense está perdendo recurso? Está perdendo. A segurança pública do Paraná está perdendo recurso. O

comércio está perdendo recurso. O turismo está perdendo recurso. Às vezes, sabemos como é difícil. Hoje, Deputado Nelson Justus, quero me dirigir a Vossa Excelência. O filho de Vossa Excelência esteve presente em um acidente climático e quase perdeu a vida. Quero, em nome do filho do senhor, desejar a minha solidariedade aos familiares, a todos aqueles que estão lá. Vamos ter as rodovias impedidas por muito tempo e sabemos o quanto é difícil, mas por incidente climático. Agora, para algumas pessoas indignadas, que querem impedir as rodovias paranaenses e impedir a trafegabilidade, não dá para admitir. Mas não dá para admitir, Presidente Traiano, e esta Casa tem que tomar postura com isso, de falas inflamadas pedindo para continuar isso dessa forma. Falas inflamadas fazendo com que continue tanto esse movimento inconsciente, quanto a violência presente. É inadmissível, inadmissível, que nos prestemos, esta Casa, que alguns ocupem a tribuna para destilar ainda mais ódio na sociedade. Cada dia é uma triste notícia, famílias separadas por conta de uma decisão minoritária, porque estão falando aqui que o Brasil acordou e, de fato, tenho que reconhecer que vocês estão certos. O Brasil acordou e 60 milhões de pessoas votaram no Lula e ele ganhou as eleições. O Brasil está mais do que acordado. O Brasil está vivo. O Brasil acordou e tirou o lixo, só falta o lixeiro passar e recolher. Vai ser no dia 1.º de janeiro e vai embora do Brasil. Vai deixar limpo todo esse processo. Mas me sinto triste de ter que fazer mais uma vez uma fala dessa, porque sou eleito Deputado Estadual para discutir o Paraná, os problemas do Paraná, as virtudes do Paraná, os projetos que necessitam ser modificados. Fizemos alguns projetos que estão tramitando aqui na Casa hoje. Primeiro, que precisam de Audiência Pública. Primeiro, que precisam sair de pauta, para a sociedade participar. Hoje temos aqui o pessoal do Colégio Estadual, o pessoal da Biblioteca, que são aqui muito bem-vindos sempre, manifestando o seu descontentamento. Acho que o Governo do Estado do Paraná precisa sentar e ouvi-los. Pedem algumas coisas que são do seu direito. Vieram aqui para colocar isso. Acho que o Governo do Paraná tem que *dar o braço a torcer*, Deputado Marcel. Sei que Vossa Excelência está tentando fazer a intermediação para isso, mas tirar os projetos de pauta e ouvir mais esse pessoal. Ninguém está aqui porque quer. Ninguém está vindo aqui,

hoje, para promover baderna. Ninguém está vindo aqui contra Deputado “A” ou “B”, ou para inflamar. Estão vindo aqui porque é um Projeto que, na ótica deles, prejudica todo o funcionamento e a história da Biblioteca Pública Municipal. Prejudica toda a magnitude, a importância histórica e a função social do Colégio Estadual do Paraná. Temos aqui também projetos que aumentam a alíquota do ICMS, que precisam do debate público. Vamos acabar perdendo a empresa para Santa Catarina, para São Paulo, para o Rio Grande do Sul e para o Paraguai, por causa da má geração de alíquota. Estamos com a economia sufocada. Essas cadeias produtivas do Paraná, todas, serão prejudicadas. Parece contradição, mas o Presidente do PT está aqui para dizer que não pode taxar o agronegócio neste momento. Parece contradição, mas não podemos aumentar imposto dessa forma, em um momento desse. Sabe, Deputado Tadeu, o que está acontecendo? Fizeram um desenho equivocado da economia do Paraná, erraram nas contas e agora querem achar de onde recuperar a conta de um dia para o outro. Nós, a sete, oito Sessões, já acaba o ano, vamos sufocar a economia paranaense. Não dá para admitir isso. O mesmo processo atribulado que vendeu a Copel, que discutimos. Falta ao Governo do Paraná bom senso. Não estou aqui ofendendo a figura do Governador. Não estou aqui disparando palavras contra ele. Não o acho um corrupto. Não o acho muitas coisas, mas acho que ele está equivocado ao mandar os projetos dessa forma. Principalmente, Presidente Traiano, e aqui quero dar um recado a Vossa Excelência que preside a Casa, está vindo para cá uma PEC, de n.º 3, que trata do desmembramento do Bombeiro e da Polícia Militar. Mas dentro dessa PEC tem artigos que tiram autonomia da Assembleia Legislativa. Tem artigos que criam mecanismos de transformar patrimônio, sem passar por esta Casa. Tem artigos que autorizam o Governo a fazer determinadas contratações e atos, que têm que passar por esta Casa. A PEC será prejudicial à democracia paranaense se for tratada dessa forma. Acho que quer fazer a PEC sobre o Bombeiro, que há uma discussão até positiva sobre isso, que o próprio Grupamento de Bombeiros quer discutir, vamos separar e tratar só dela. Mandar aqui para dentro, dentro de uma discussão militar que envolve Bombeiro e Polícia Militar, PEC que faz com que Deputado não vote, PEC que faz até autorização de

transferência de patrimônio público sem votação, PEC que quer que faça contratação sem ter autorização legislativa, vamos empobrecer o debate e vamos prejudicar tanto a Polícia, quanto o Bombeiro. Não é isso que o Estado precisa e a democracia precisa que esta Casa exerça o seu papel. Aqui, não tem problema perder, diferente de alguns, aqui eu aceito o resultado, muitos. Perdi quase todas as votações, mas aceito o resultado. Para a democracia valer, esta Casa tem o direito a votar. A PEC-3, do jeito que está, é uma afronta à Assembleia Legislativa. Daqui a uns dias vamos ser Deputados nomeados e não votados, se isso acontecer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, sempre fui um grande defensor de manter as prerrogativas do Poder Legislativo. Aliás, a nossa Constituição acabou limitando muito o Poder Legislativo em todo o País, dando muita força aos Executivos. Inúmeras vezes fomos a Brasília, por meio da Unale, fazer tratativas para tentarmos ampliar os poderes dos Legislativos. Infelizmente, é uma PEC que até hoje também não tramitou, que ampliava esses poderes. É claro que ouvi o seu discurso e também já solicitei à nossa assessoria e estou conversando com o Deputado Marcel, se há algo que possa diminuir o poder do Legislativo, sem a possibilidade da participação, vamos olhar com todo o olhar clínico. Pode ter certeza disso. Já determinei à nossa assessoria aqui do Legislativo para fazer essa leitura. Da mesma forma vamos conversar com a Liderança do Governo, não há interesse algum. A princípio, o que me diz aqui o Diretor Legislativo, que o que está causando certo desentendimento é quando o Estado doa para a Cohapar ou a Cohapar doa para o Estado sem autorização legislativa. Se é apenas isso, podemos barrar, para que a PEC possa tramitar tranquilamente. Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, quero também já ao encontro do que Vossa Excelência, o Presidente, passou aqui para todos nós da Casa, eu também, e agora conversando com alguns Deputados, tivemos com o Dylliardi, com a minha assessoria, e nós também queremos debater isso com a própria Casa Civil. Temos que ter um

pouco de calma, porque temos condições de chegar a entendimentos, e jamais é vontade do Governo de tentar diminuir a Casa. Se tem algumas prerrogativas que é de interesse desta Casa que possam ser mexidas, jamais vamos deixar de defendê-las. Também sou Deputado e mesmo na Liderança do Governo precisamos tratar isso de forma muito responsável. Então, quero aqui trazer aos Deputados desta Casa que sei da nossa responsabilidade, sei da minha responsabilidade como Líder, e sei da sensibilidade do próprio Governo. Temos uma PEC que engloba vários assuntos, vários temas. E aí quero aqui externar a minha saudação aos Deputados aqui, que de forma mais profunda viram alguns pontos que possam estar sendo divergidos aqui e que podemos construir e resolver. Então, quero tranquilizar todos aqui desta Casa que o nosso interesse é um só, queremos que a Casa continue tendo a sua autonomia, continue fiscalizando, e tenho certeza de que chegaremos a esse entendimento, para que possamos votar isso de forma correta, responsável, e que dê a esta Casa continuidade da força que ela exerce e importância que tem dentro desse quadro. Então, quero dizer ao Presidente e aos Deputados todos que estão aqui, de Oposição, de Situação, que temos ainda condições, e fico feliz de saber que temos aqui Deputados que colaboram nesse intuito de fazermos esses ajustes, e tenho aqui a garantia de dizer a todos vocês que aquilo que possa trazer certa insegurança para nós, discutirmos e aqui resolver nesta Casa e deixar isso de forma muito mais transparente do que talvez aquilo que tenha interpretado alguns Deputados.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Deputado Marcel, permita-me, rapidinho.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Permito.

Deputado Tadeu Veneri (PT): É só uma solicitação que faço ao senhor como Líder do Bloco PT-PDT e o senhor que é o Líder do Governo, que não quebrems interstício, porque duas vezes vi quebrar o interstício aqui, e acho que esse é um processo que merece, independentemente do resultado, porque quem tem voto

vota e quem não tem voto faz discurso às vezes, mas que não quebreemos o interstício para haver tempo de podermos fazer esse debate dentro daquilo...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Sou do consenso, sempre me posicionei aqui de forma do diálogo, é o meu perfil, tento sempre construir aqui entendimentos com toda a Casa, com a Oposição, em vários temas, faço um esforço enorme para que possamos diminuir talvez traumas que possam existir nesta Casa, com a sociedade e com o próprio Governo. É o meu perfil, tento buscar sempre isso com todos vocês, e creio que podemos logicamente, sobre essas divergências, sobre esse assunto, buscar esse entendimento, de forma também que quero aqui dizer com relação a algumas posições que a própria Oposição me fez, me pediu, e conseguimos construir, buscar esses entendimentos, porque acho que é de interesse público, e temos exercido aqui na Liderança essa construção de fazer com que possamos dar a esta Casa condições de dialogar. Quero também aqui entrar nessa pauta triste do que aconteceu na rodovia, esse desastre que estamos tendo, dizer a todos vocês, Deputados, que o Governo do Estado do Paraná está intensificando essa ajuda ao Governo também de Santa Catarina com a rodovia, com essa tragédia que aconteceu e que não sabemos ainda o tamanho dela, mas temos aí informações ruins de tudo que se passou ali. Mas tranquilizar as pessoas, a sociedade, que todo o poderio do Governo do Estado com relação à Defesa Civil, à Polícia Militar, à própria saúde pública nossa, está em peso buscando colaborar com essa tragédia que tivemos aí na rodovia com os deslizamentos e com toda essa chuva pesada que veio e que trouxe essa grande tragédia. Então, dizer a todos vocês que tem um poder de força da Polícia Militar, da Defensoria Pública, do Corpo de Bombeiros, da Saúde Pública do nosso Estado, colaborando também com o estado de Santa Catarina, para que possamos buscar diminuir todo esse trauma que estamos passando e vivenciando. Então, o próprio Deputado Nelson Justus, desde o início da noite de ontem passou também por uma questão pessoal com o seu filho, que é o Prefeito de Guaratuba, e ali mesmo vimos o tamanho da complexidade do tema, e que está lá hoje todo o poderio da nossa polícia, do poder público nosso na área da saúde e da Defesa Civil colaborando nesse

sentido. Dizer também aqui do esforço do Governo e desta Casa, queria parabenizar aqui todos os Deputados por ter conseguido construir o entendimento com o Governo do Estado e a retirada, vimos aqui hoje, com relação à taxaço que tivemos do agronegócio. Foi aqui uma construção de toda a Casa, de todos os Deputados, dessa busca de entendimento neste momento para que pudéssemos chegar a sensibilizar o Governador com relação a esse posicionamento que estava sendo criado. E também aqui dizer que estamos chegando a um entendimento com vários Deputados aqui, com o setor das bebidas, com o Governo do Estado, com a Secretaria da Fazenda, e creio que estamos chegando a um denominador que seja importante para todos nós, buscando o equilíbrio nesse sentido. E mais uma vez quero aqui agradecer a vários Deputados que intermediaram isso conosco, e também a sensibilidade do Secretário da Fazenda, do Governador Ratinho Junior, para que pudéssemos buscar, de forma responsável, essa tratativa. Dizer também aqui a todos que é por meio dessa maneira, dessa condução, desse intuito, que queremos construir pontes, entendimentos, e também fazer com que o Estado do Paraná continue nessa velocidade de crescimento, de andamento, de progresso, geração de emprego, mas, logicamente, sempre buscando o equilíbrio para que a sociedade paranaense possa continuar acreditando neste Estado e neste Governo. Obrigado, Presidente.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Permite-me um aparte, Deputado Marcel?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Lógico, Deputado Tiago.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Rapidamente. Apenas acho que perfaz fundamental aqui até da minha parte destacar o grande trabalho que V.Ex.^a, como Líder do Governo, tem feito nessas últimas duas semanas nos debates, embates e negociações junto ao próprio Governo do Estado, junto ao nosso Governador Ratinho Junior nessas pautas, que são pautas tão estratégicas e importantes para todos nós. Sabemos da necessidade do Estado, você conseguindo conjugar justamente essa necessidade, essa visão do Estado, algumas dificuldades que

temos enfrentado, mas também em equilibrar com os impactos que isso pode trazer eventualmente para a sociedade. Esse equilíbrio que você tem apoiado os Deputados aqui, eu um deles, mas vários outros Deputados em diversas pautas, tem sido muito importante. É isso de fato que esperamos de um Líder do Governo, e você tem se saído muito bem nesse processo de discussão e de condução. Parabéns a você e parabéns, claro, ao nosso Governador Ratinho Junior, que mesmo diante de todas as dificuldades tem compreendido isso. E aí destaque em especial, é claro, essa questão das bebidas e também a questão do agro, que realmente são fundamentais, fora todas as outras. Parabéns, Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro de presença. Deputado Elio, por favor, registre a presença no painel. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD),*

Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (51 Parlamentares); Deputado ausente com justificativa: Alexandre Curi (PSD), conforme art. 97, § 4.º do Regimento Interno; Gilberto Ribeiro (PL), conforme § 3.º, Inciso I art. 97 do Regimento Interno; e Jonas Guimarães (PSD), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno (3 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoiamentos e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 509/2022, do Deputado Reichembach, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Juscidadania – Voluntariado da Justiça, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 510/2022**, do Deputado Natan Sperafico, que concede o Título de Utilidade Pública ao Esporte Clube Toledo, com sede no município de Toledo.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Três Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 409/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Comercial e Empresarial de Manguinhos, com sede no município de Manguinhos.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 415/2022, de autoria do Deputado Artagnão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Amigos de Pessoas Especiais, com sede no município de Guarapuava.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 425/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Casa de Apoio Estrela da Manhã, com sede no município de Jacarezinho.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 494/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 104/2022, que altera a Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional n.º 123, de 14 de julho de 2022, e da Lei Complementar Federal n.º 194, de 23 de junho de 2022, e dar outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. **Emendas de Plenário aguardando parecer da CCJ. Projeto retirado em função de vista na CCJ.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 497/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 108/2022, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. **Emendas de Plenário aguardando parecer da CCJ. Também retirado.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 459/2022, de autoria do Deputado Natan Sperafico, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Beneficente Beit Abba, com sede no município de Toledo. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães e Luiz Carlos Martins (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.** Está aprovado o Projeto.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 462/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 88/2022, que acrescenta a função de biomédico ao cargo de promotor de saúde profissional, da carreira de promotor de saúde, no Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, instituído pela Lei n.º 18.136, de 3 julho de 2014. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, estou aqui para parabenizar o Presidente do Conselho Regional de Biomedicina da 6.^a Região, Sr.

Thiago Massuda, a Vice-Presidente do Conselho Regional de Biomedicina da 6.^a Região, a Sr.^a Daiane Camacho, que também é Diretora da 15.^a Regional de Saúde, e quero parabenizar também o Tesoureiro, o Sr. Rafael Saad, pelo trabalho que fazem esses profissionais em todo o Estado do Paraná, Sr. Presidente. E tem todo o nosso respeito como médico, como profissional também da saúde, esse trabalho brilhante que fazem. Então, vou pedir o voto “*sim*” a todos os nossos colegas Parlamentares, na presença de todos os nossos representantes da nossa Biomedicina, que é feita com amor, carinho e respeito à população do Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para encaminhar, Presidente. Esse Projeto é tão importante. E fico feliz que o Governador tenha encaminhado para cá. Em 2019, a Presidente dos Biomédicos, a associação deles, a Dr.^a Janaína Naumann, procurou-me pedindo exatamente isso, que se tornasse a profissão de biomédico aqui nos cargos públicos do Paraná. Fiz um Projeto de indicação, fui ao Governador, levei a ele, e fico muito feliz que o Governador foi sensível à causa e reparou uma falha que tinha, porque o biomédico é uma formação totalmente legalizada e com todo direito de também ser usado e ocupar os cargos públicos. Então, parabéns ao Governo. Parabéns ao Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Quero cumprimentar todos os Biomédicos e Biomédicas que se fazem presentes, mas também fazer um registro da embaixadora dos Biomédicos e Biomédicas que trabalham no nosso gabinete. A Tayna Pompeu que brigou tanto por isso, cobrou tanto e hoje chegou o grande momento. Ainda pendentes os votos dos Deputados Natan Sperafico, Requião, Tadeu e Tião Medeiros.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Luiz Carlos. Deputado Luiz Carlos só fazer o registro de presença.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Estou perdendo o hábito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (49 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães e Tião Medeiros (5 Deputados).*]
Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 462/2022.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 487/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 97/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas de

Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, com fulcro no inciso II do §2.º e no § 30 do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 87, de 13 de setembro de 1996. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Senhor Presidente, antes de tudo um esclarecimento, esse Projeto não estava na CCJ? Foi pedido vista?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, não é esse Projeto. É outro que está na CCJ. Acho que é aquele que trata da questão dos refrigerantes. Aquele ficou na CCJ.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Senhor Presidente, este Projeto está na CCJ. Pedimos vista, inclusive, das emendas que foram apresentadas. Ele deve voltar amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Projeto 487 está em primeira.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Desculpe, o senhor tem razão, Presidente. A Dr.^a Isabel me esclareceu aqui que esse é o Projeto do *e-commerce*. Desculpa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Isso. Exatamente isso.

DEPUTADO HOMERO MARCHESI (REP): Não vou encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o Líder da Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai votar contra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não chegaram a um entendimento, Deputado Arilson? Deputada Cristina, seu voto. Michele Caputo, Natan, Plauto Miró e Tião Medeiros.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Novamente peço aos Deputados voto “*sim*”. Os Deputados da Base. Nada a ver com a questão da tributação, é outro tema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados);* **Votaram Não:** *Arilson Chiorato, Coronel Lee, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (8 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Jonas*

Guimarães, Plauto Miró e Tião Medeiros (7 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 8 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 487/2022.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 490/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 100/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo novamente pede o voto “*sim*” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Nelson Justus, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri. Votação encerrada, Sr.ª Deputados: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (47 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (7 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 490/2022.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 492/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 102/2022, que revoga o §5.º do art. 5.º da Lei n.º

17.046, de 11 de janeiro de 2012. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. **Aguardando parecer da Comissão de Segurança Pública. O Item 10 foi retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 496/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 107/2022, que cria a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, enquanto aguardo o resultado, vou fazer a leitura de um comunicado: “O Presidente da Assembleia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 29, XXXII, combinado com o §1.º do art. 227 do Regimento Interno, declara constituída Comissão Especial de Reforma à Constituição com a finalidade de opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional n.º 3, de autoria do Poder Executivo, a qual altera e revoga dispositivos da Constituição do Estado do Paraná e dá outras providências”. Nos termos das indicações dos Líderes, a Comissão Especial de Reforma à Constituição será composta pelos seguintes membros: Deputado Marcio Nunes, titular e Deputado Tiago Amaral, suplente; Deputada Mabel Canto, titular e Deputada Cristina Silvestri, suplente; Deputado Mauro Moraes, titular e Deputado Nelson Justus, suplente; Deputado Marcel Micheletti, titular e Deputado Ricardo Arruda, suplente; Deputado Tadeu Veneri, titular e Deputado Requião Filho, suplente. Solicito à Comissão Especial que se reúna para escolher a Presidência e Relatoria.

Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara*

*Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (11 Deputados).]* Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 496/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

Requerimentos.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 3589/2022, dos Deputados Luiz Fernando Guerra e Guto Silva, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do líder empresarial e comunitário, benfeitor e Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, Sr. Cláudio Petrycoski, do município de Pato Branco; **Requerimento n.º 3590/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Camp - Cooperativa Agrícola Mista Prudentópolis, que está completando 45 anos de existência; **Requerimento n.º 3591/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Dr. Edson Marcellus Higa; **Requerimento n.º 3593/2022**, do Deputado Paulo Litro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Associação Cascavelense de Handebol, pela conquista do campeonato Brasileiro de Handebol Masculino de 2022; **Requerimento n.º 3594/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o

envio de menção honrosa ao artista plástico e decorador do município de Centenário do Sul, o Sr. Valdemir Ferreira Leite, pelo desenvolvimento da exposição artística intitulada “Cores da Minha Terra”; **Requerimento n.º 3595/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o envio de expediente à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, encaminhando Moção Pública aos poderes constituídos e à sociedade brasileira resultante da Audiência Pública: “O Papel do Policial Penal na Segurança Pública”, ocorrida no Auditório da CCJ da Assembleia Legislativa do Paraná, na manhã de 8 de novembro de 2022; **Requerimento n.º 3603/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Governado do Estado do Paraná, requerendo a indicação legislativa de Projeto de Lei que crie uma Delegacia Especializada em Crimes Raciais; **Requerimento n.º 3605/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro, requerendo a manutenção da PR-862, contorno de Ibiporã, conforme especifica; **Requerimento n.º 3606/2022**, dos Deputados Tercílio Turini, Cobra Repórter, Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de voto de congratulações com menção honrosa ao Hoftalon – Hospital de Olhos de Londrina; **Requerimentos n.ºs 3607 a 3612, 3615 a 3617, 3619 a 3633, 3635 a 3637 e 3639/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: João Rech; Cleusa de Jesus Santos; Lenita Vida Bordignon; Maria Adelia Cordeiro da Silva; Nerzina de Jesus Ferreira; Rozeli da Luz; Erevelte Ferreira; Dirceu Andrucheski; Dorival de Oliveira Rios; João Matheus; Orlando Santos Frazão; Pedro Vieira da Rosa; Alaide dos Santos; Dilair Borges; Ana Ligia Pacheco Just; Candida Modesto de Lara; Luiz Messias Bail; Maria Cecília Lopes de Oliveira; Maria Eurides Mendes dos Santos; Francisca Siemieniaco; Maria Gonçalves da Luz; Marlene Alves Severino; Rosa Rosani Garcia; Ludovico Borges de Almeida; Beatriz Marisia de Siqueira de Aguiar; Divanir da Rosa Lemes; Maria Lemes de Souza; e Vergínia Lima de Lara; **Requerimento n.º 3613/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando envio de voto de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Zeny Alves de Moraes; **Requerimento n.º 3638/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando

envio de votos de pesar à família pelos falecimentos da professora Marlova Estela Caldato, de seu filho Eric Caldato Martins e da sua mãe, Sr.^a Clarinda Caldato, todos vítimas de um trágico acidente de trânsito no município de Pato Branco; **Requerimento n.º 3641/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Crocodiles, pela conquista do Tricampeonato Brasileiro de Futebol Americano, ocorrido no último dia 27, nesta capital; **Requerimento n.º 3642/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Paraná, solicitando o envio de expediente ao Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, ao Procurador Geral de Justiça do Paraná, ao Procurador-Chefe do MPF do Paraná, acerca das agressões racistas e atentados contra a vida do músico conhecido como Neno, Sr. Odivaldo Carlos da Silva, ocorrido em 22 de novembro de 2022, na região central de Curitiba.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 3604/2022**, do Deputado Anibelli Neto, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 5 de dezembro de 2022, para o lançamento da Campanha do mês Dezembro Laranja.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 3596/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, Líder da Bancada do Partido Liberal, solicitando a indicação para compor o Bloco que irá analisar a Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022, como membro titular o Deputado Delegado Jacovós e como membro suplente o Deputado Ricardo Arruda; **Requerimento n.º 3598/2022**, da Deputada Mabel Canto, Líder do Bloco PSDB/CDN/DC/PROS, indicando a Deputada Mabel Canto como membro titular e a Deputada Cristina Silvestri como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022; **Requerimento n.º 3599/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando a inclusão do Deputado Tião Medeiros

como coautor do Projeto de Lei n.º 503/2022; **Requerimento n.º 3600/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, Líder da Bancada do Partido Liberal, indicando o Deputado Marcel Micheletto como membro titular e o Deputado Ricardo Arruda como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022; **Requerimento n.º 3601/2022**, do Deputado Marcio Nunes, Líder do Bloco Parlamentar PSD/MDB, indicando o Deputado Marcio Nunes como membro titular e o Deputado Tiago Amaral como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022; **Requerimento n.º 3634/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando a desanexação ou retirada do parecer anexado ao Projeto de Lei n.º 487/2022, na Comissão de Finanças e Tributação; **Requerimento n.º 3643/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, Líder do Bloco Parlamentar PT/PDT, indicando o Deputado Tadeu Veneri como membro titular e o Deputado Arilson Chiorato como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022; **Requerimento n.º 3644/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, Líder do Partido União Brasil, indicando o Deputado Nelson Justus como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 3602/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 24 de novembro de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 3640/2022**, do Deputado Plauto Miró, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de novembro de 2022.

Requerimento retirado. **Requerimento n.º 3597/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, Líder da Bancada do Partido Liberal, indicando o Deputado Delegado Jacovós como membro titular e o Deputado Ricardo Arruda como membro suplente, para compor a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra Sessão Ordinária para terça-feira, dia 29, após a primeira Sessão Extraordinária, na sequência, com a **Ordem do Dia** que já foi disponibilizada no *síte* da Assembleia: **1.ª Extraordinária:** 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 494/2022 e 497/2022; e 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 459/2022, 462/2022, 487/2022, 490/2022, 492/2022 e 496/2022; e **2.ª Ordinária:** 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 459/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 132/2021, 327/2022, 370/2022, 470/2022, 472/2022, 486/2022, 488/2022 e 495/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h45, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)